

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | N° 70- SETEMBRO 2026



VIVENDO SEM CULPA

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Danielly Jesus
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta
Michal Sekowski

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania

Vol. V – Nº 70

Setembro de 2026

Rio de Janeiro – RJ

Menezes Costa

CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

MICHAL SEKOWSKI

Uma testemunha viva da barbárie causada pelo Comunismo soviético

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

Vivendo sem culpa



A Bíblia Sagrada nos conta dos dias em que duas prostitutas bateram às portas do Rei Salomão. Havia um litígio que só a autoridade real poderia dirimir, posto que, ambas se declaravam como legítima mãe de uma criança.

Foi dito ao Rei que as duas mulheres moravam na mesma casa e que, em dois dias de diferença, ambas deram a luz, mas que uma delas, dormindo, acabou sufocando seu filho e o bebê morreu, tendo se apoderado do filho da outra mulher. Salomão não tinha como saber quem era a verdadeira mãe da criança e ambas insistiram que o bebê que falecera era a prole de sua contendora.

O sábio Rei percebeu que aquela que estava mentido não recuaria, haja vista que, subtraindo o filho pela perda, precisava suprimir a falta daquele que, por sua falta, perecera. A mulher fugia do luto e tomar o filho da outra era uma forma de esquivar-se do sofrimento de perda, assumiria que seu filho era aquele que ali estava, portanto, enganaria sua consciência com o fim de evitar a dor.

Salomão então disse às mulheres que, como era impossível descobrir quem, realmente, era a mãe da criança, cortaria o bebê ao meio e entregaria a metade a cada uma delas, assim, daria ao menos parte à verdadeira mãe, seria, portanto, o mais perto de algo verdadeiramente justo. A mãe da criança morta, cega por seu desejo de ficar, ao menos, com parte do objeto da lide, aceitou a proposta do Rei, mas a verdadeira mãe, ao ver que lhe restaria metade de um cadáver e que seu filho, mesmo nos braços de outra,

ficaria vivo se ela se abrisse mão da criança, voltou-se ao julgador, pediu que não o matasse e pediu que a entregasse à impostora.

O Rei determinou que não cortassem a criança e a entregasse à mulher que preferiu vê-la viva nos braços da impostora, dizendo que aquela era a verdadeira mãe da criança. Em sua sabedoria, Salomão testou o coração das duas contendoras e aquela que preferiu salvar a vida da criança se provou como a que ama verdadeiramente o bebê.

A decisão de cortar a criança e, conseqüentemente, matá-la partiu do Rei Salomão, logo, se levada a cabo pela inércia de ambas as mulheres, deveríamos admitir que a culpa pelo assassinato recairia sobre os ombros do julgador, não sobre a impostora ou a mãe, tendo em vista que o objetivo de ambas era ter a criança em seus braços, de maneira que, somente Salomão, em uma análise superficial, suportaria o peso da morte daquele inocente.

Por outro lado, a mãe verdadeira, ao abrir mão do filho em favor da impostora, não estava satisfazendo seu desejo ou sendo justa, mas salvando a vida de seu amado que, mesmo entregue a alguém de índole reprovável, não seria privado do presente divino que é a vida. A melhor opção para a mãe seria ficar com o filho, mas ela sabia que deixar o Rei matar sua prole seria a desgraça total, por isso, preferiu a escolha menos gravosa.

A impostora, mais preocupada com a disputa em si e sabendo que a divisão já lhe era mais que a verdadeira justiça, concordou com a proposição do sábio Rei, haja vista que, para quem nada tinha, o empate parecia um bom resultado. No entanto, não se pode afastar a hipótese na qual a impostora aceitaria a morte daquele inocente por um motivo ainda mais nefasto, a possibilidade de impor o sofrimento de perda que espiava à outra mulher, invejando o fato daquela não ter perdido o filho.

Se a inveja foi a causa motora para que a impostora aceitasse a morte do filho alheio, sua baixa moral restaria evidente, entretanto, no que concerne ao assassinato, bastaria, como mencionado, assumir que o Rei prolatara a decisão, portanto, seria o julgador o assassino.

Ao preferir entregar o filho, a verdadeira mãe escolheu aquilo que se chama de mal menor, ou seja, deixando sua vontade de lado para salvar aquilo que era mais importante, ela provou que verdadeiramente se importava e que não estava disposta a causar a morte do próprio filho por orgulho ou acreditar que estava sendo firme em sua convicção.

A fraqueza moral não está na escolha pelo mal menor, ou “menos pior”, mas a omissão como argumento de não culpabilidade pela desgraça que dela também decorre. Aquele que se esquiva da responsabilidade pode não ser o culpado pelo mal na mesma medida que os que abraçaram a degradação, todavia, não pode repousar como se não tivessem colaborado para um resultado nefasto.

Leandro Costa

Esquivar-se de decidir é, na verdade, renunciar seu voto em favor de terceiro com o fim de transferir a outrem o peso da culpa, entretanto, quando as consequências não são evitadas em razão da omissão, não há como negar que aquele que se furtou deve suportar o fardo da escolha que preferiu não fazer. Aquele que diz não se importar com aquilo que será feito, não pode, se for honesto, alegar que se opunha.

Em nosso arcabouço legal existe uma ação judicial que permite ao cidadão se levantar contra ato que cause prejuízo ao erário, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, denominada Ação Popular, entretanto, é requisito que o autor tenha comparecido ao pleito eleitoral para que possa ajuizá-la, algo que evidencia a impossibilidade do omissor de se rechaçar um ato que cause prejuízo ao interesse público.

É verdade que aquele que anula seu voto ou escolheu o autor do ato que visa combater poderá mover a ação, haja vista que o sigilo do voto deve ser resguardado, logo, seria impossível requerer a informação de qual destino o voto do autor da ação teve, entretanto, evidencia-se que, ao não escolher de forma flagrante, o cidadão deixou que outros guiassem seu destino e deve suportar tal posicionamento e suas consequências.

A postura covarde de uma União Europeia que assistiu a ação do grupo terrorista Hamas no fatídico outubro de 2023, e não esboçou qualquer reação, além de indigna, lhe priva de condenar Israel quando aquela nação reage e persegue membros do grupo terrorista em questão. Não há muito a ser esperado quando a mesma Europa doa milhões para que a Ucrânia, defendendo suas terras, tenha mísseis, drones e carne de mercenários para usar contra a Rússia, ao passo que continua comprando gás da autocracia de Moscou para não suportar o frio ou não renunciar suas políticas ambientalistas fajutas.

Se a verdadeira mão fosse como os governos de Alemanha e França, aquele bebê seria cortado pelo Rei Salomão. Observando bem, a linha progressista que a maior parte da União Europeia se filiou tem a tendência a matar bebês.

O atual Governo de El Salvador recebe duras críticas, algumas até válidas, de autoridades e ativistas que se autodenominam defensores dos direitos humanos, no entanto, as diversas organizações criminosas de cunho revolucionário que atuam na América Latina com a condescendência dos membros do Foro de São Paulo, não parece incomodar tais ativistas e autoridades.

A culpa das mazelas trazidas pelas facções não devem recair tão somente sobre os ombros dos patifes que, conscientemente, escolheram os revolucionários para governar, pois há uma parcela daqueles que preferiram a omissão e deixaram seus pares entregues às víboras vermelhas.

Imaginemos o número de indivíduos que acreditaram que seria mais fácil deixar que outros tomassem as rédeas e hoje assistem o México tomado pelos cartéis, bem como, o Brasil fora de uma iniciativa continental encabeçada pelo país mais rico e poderoso do mundo que pretende combater as

facções que aterrorizam seu povo, não há como negar que os omissos também carregam parte da culpa e negá-la é um ato de covardia.

Se, no maior colégio eleitoral do país, um candidato ao Senado Federal desiste de sua campanha para evitar que políticos alinhados à um sistema pútrido alcancem as vagas, em outros cenários há quem prefira colocar em risco uma das mais importantes disputas para, em nome de um falso bairrismo, subtrair votos que podem dar a chance ao que há de pior na política brasileira, some-se a isso o fato de defenderem uma candidatura com poucas chances de ser eleito e de concluir o mandato. Mas há ainda um outro cenário dantesco no qual um aspirante ao Senado se mantém na disputa, mesmo ciente que tem um rebanho de eleitores fiéis e, pouquíssimas chances reais de vitória, todavia, sua candidatura canibaliza votos daqueles que, realmente, podem impedir que um candidato que tem clara posição revolucionária e que, recentemente, após uma ação policial em seu reduto eleitoral, não procurou dar assistência aos familiares dos policiais mortos ou feridos, mas demonstrou preocupação com possíveis abusos contra membros da mesma facção que seu partido político se recusa a rotular como terrorista.

Urge nos perguntarmos se é ingenuidade ou má-fé do candidato, posto que, se ele conspira para que a corrida põe uma vaga ao Senado seja vendida por que parece ter complacência com o crime e vilipendiou a fé de seus seguidores no último Carnaval, seria ele um farsante ou apenas um irresponsável ganancioso. Cabe lembrar que outrora o mesmo político ocupara posição no primeiro escalão do Governo sob a batuta do Foro de São Paulo, portanto, tal temor seria justificável.

Aos que outrora acusavam, com razão, o aqueles que figuram no espectro político da esquerda de artífices de uma revolução socialista, deveria ser inadmissível a opção pela omissão, tendo em mente que, há, no campo de batalha, um grupo que pretende, deliberadamente, expandir a desgraça, através da miséria e da deturpação da moral, com o único fim de alcançar uma posição de poder que os aquebrantados serão incapazes de retirá-lo.

Em síntese, podemos admitir que todo aquele que prega a isenção como forma de não ser responsabilizado pela ascensão e manutenção do mal, mesmo sabendo quem são os membros declarados da horda vermelha, não está na condição de vítima ou mero espectador, mas de, na melhor das hipóteses, participe.

Há quem invoque a ineficiência dos meios para impedir que o mal avance, contudo, tal alegação não afasta o dever de tentar, pois, se tal argumento fosse verdadeiro, todo martírio seria tolice. Na prática, tentar o melhor possível, mesmo diante de uma derrota iminente é não se curvar à tirania, ao passo que, tentar fugir da culpa o é.

Inobstante a busca pelo mundo ou líder ideal, não há como negar que o plano material está repleto de injustiças e provações, bem como, que homens são, por essência falhos e ninguém deveria considerar,

Leandro Costa

sequer a si como perfeito, de tal maneira que, escolher o chamado “menos pior”, é exatamente a escolha do melhor, por mais que se tente distorcer tal ideia.

Transferir a gerência a outrem nada mais é que tentar se furtar da responsabilidade diante do erro, esperando que um líder que assumiu o poder pela hereditariedade ou por pertencer a um conselho de indivíduos superiores seria a solução para toda a sociedade, abdicando da participação em nome da isenção de culpa.

Como uma monarquia se torna uma tirania diante de um líder corrompido e uma aristocracia transmuta sua natureza em uma oligarquia quando os filósofos se corrompem pelo poder, a democracia reflete a sociedade que governa, sendo tão decadente quanto a soma das vicissitudes de seus membros.

A democracia é, talvez, o sistema mais justo, entretanto, é também o mais cruel, posto que, encarar sua face pútrida nos faz olhar para o espelho de nossa sociedade, não nos permitindo imputar ao rei tirano ou ao grupo corrupto os males que nos cercam sem admitir que os líderes democraticamente eleitos, lá estão, porque, em algum momento falhamos como sociedade e não por terem se corrompido sem a nossa participação.

Em uma sociedade que a maioria foi reduzida a uma massa bestializada não poderia eleger uma classe política que não a refletisse, por outro lado, aquilo que hoje chamamos de juristocracia, nada mais é que uma oligarquia de toga que, se considerando “editores da nação”, portanto, mais aptos a decidir pelo povo que o próprio povo, se enxerga como uma aristocracia. É evidente que um tirano jamais se assumiria como tal.

Por fim, ainda que o processo eleitoral seja dúbio e que o líder ideal não esteja no seu horizonte, a omissão é optar pelo mal maior à medida que permite que outros o elevem ao poder, razão pela qual, aos que se furtam de lutar, será impossível viver sem culpa.

Leiam: [O escudo do silêncio](#)



Outubro: Hora de enfrentar a urna



Outubro não chega apenas como um mês no calendário. Ele chega como um chamado. Um chamado que atravessa o barulho das narrativas, o cansaço das crises, a descrença que tantos tentaram plantar. Ele chega como um lembrete de que o destino de um país não se escreve sozinho e que o silêncio de alguns sempre acaba se tornando o poder de outros.

As eleições se aproximam, e com elas surge uma verdade que muitos evitam encarar: quem não escolhe acaba tendo que aceitar a escolha dos outros. E aceitar, depois, não é um gesto de maturidade. É apenas o preço da omissão.

Por anos, tentaram convencer o brasileiro de que votar era um detalhe. Que não mudava nada. Que não valia a pena. Que a política era um território sujo demais para merecer a presença dos honestos. Mas outubro chega para desmontar essa mentira. Chega para lembrar que a omissão não é proteção. É entrega. É abrir mão da própria voz. É permitir que o futuro seja decidido por quem, muitas vezes, não carrega as mesmas dores, não enfrenta os mesmos desafios, não vive a mesma realidade.

E é aqui que surge uma reflexão que muitos esquecem: ir votar é, sim, um ato de fé.

Fé no país que ainda pode ser.

Fé na responsabilidade que cada cidadão carrega.

Fé na ideia de que a verdade, quando defendida, transforma.

Fé na convicção de que a história não está escrita. Ela está sendo escrita.

Fé na coragem de não se esconder atrás do “tanto faz”.

Votar é acreditar que sua presença importa.

É acreditar que sua consciência tem peso.

É acreditar que sua escolha é semente e que sementes, quando plantadas com coragem, sempre germinam.

O trabalhador que acorda antes do sol sabe que votar é defender sua dignidade.

A mãe que sustenta sua casa sabe que votar é proteger o futuro dos filhos.

O jovem que busca oportunidades sabe que votar é reivindicar seu espaço.

O idoso que carrega memória sabe que votar é honrar o caminho percorrido.

Cada um deles entende que a fé não é passividade. É ação.

E que ação, em outubro, começa na urna.

A Bíblia nos lembra: “A fé sem obras é morta.”

E no Brasil de hoje, a obra mais simples e mais poderosa é comparecer.

É levantar a cabeça.

É assumir a responsabilidade.

É recusar o papel de espectador.

É impedir que outros escrevam sua história enquanto você assiste de longe.

Outubro é o mês em que o país precisa entender que a omissão não é neutralidade. É consentimento.

E consentir com o que não representa você é abdicar da própria consciência.

Ir às urnas é um ato de fé porque é um ato de coragem.

É um ato de confiança.

É um ato de responsabilidade moral.

É um ato de quem sabe que o futuro não se entrega. Se conquista.

Outubro chega para lembrar que o silêncio cobra seu preço.

E que o Brasil já pagou caro demais.

Leiam: [Setembro – A verdade que liberta](#)

Michal Sekowski

O Preço da Verdade e a Ilusão da Justiça

Memórias de uma Infância sob o Totalitarismo



Este texto foi escrito por um grande amigo, hoje residente no Brasil e uma testemunha viva da barbárie causada pelo Comunismo soviético. Edson Araujo

Na infância, aprendemos o significado das palavras mais profundas não através dos dicionários, mas pelas atitudes daqueles que nos cercam. Crescendo na antiga Tchecoslováquia, por trás da Cortina de Ferro, aprendi muito cedo que conceitos universais como “Verdade” e “Justiça” podem ser sequestrados pelo poder político e transformados em meras ferramentas de controle social.

A história da minha família reflete a contradição brutal entre a propaganda de um regime e a realidade vivida por cidadãos comuns. Do lado materno, carrego a herança de uma família marcada pela integridade e pelo espólio. Meu avô foi juiz durante a Primeira República Tchecoslovaca e, milagrosamente, permaneceu na magistratura após a Segunda Guerra Mundial até os anos 1960 sem jamais se filiar ao Partido Comunista — um fato absolutamente extraordinário para a época. Sua família, composta por dentistas prósperos que haviam trabalhado arduamente para construir seu patrimônio, viu suas vilas, apartamentos e edifícios de aluguel serem confiscados pelo Estado da noite para o dia, sob o pretexto de uma “justiça social” distorcida.

Michal Sekowski

A marca da chamada "origem burguesa" nos acompanhou por décadas. Contudo, a maior lição moral dentro de casa veio do meu pai. Um profissional brilhante e extremamente dedicado, frequentemente encontrava o teto de vidro do regime. Na Tchecoslováquia comunista, era comum passar a vida inteira em uma mesma empresa, e meu pai sempre se destacava por sua capacidade técnica. Porém, cada vez que uma promoção a cargos de liderança ou diretoria se aproximava, a frase burocrática se repetia: "Camarada, seria muito melhor para a sua carreira se você se filiasse ao Partido."

Meu pai recusou todas as vezes. Preferiu mudar de emprego, abrir mão do prestígio, de salários mais altos e do conforto material a ter que vender sua consciência. Em uma casa onde nenhum dos pais era filiado ao Partido, nossa família sabia exatamente o preço de manter a cabeça erguida: limitações para viajar ao exterior, vigilância silenciosa e ameaças veladas ao nosso acesso à educação superior.

Na verdade, na minha infância, era algo que se vivia em duas dimensões paralelas. Na escola, éramos instruídos a repetir os dogmas oficiais para evitar problemas. Em casa, às escondidas, meus pais me contaram a história real, os fatos históricos despidos de ideologia, sempre em sussurros e com as janelas bem fechadas. A verdade era um tesouro secreto que precisava ser protegido do mundo exterior.

Essa experiência me fez compreender, mais tarde, o pensamento do escritor e ex-presidente tcheco Václav Havel em sua obra *O Poder dos Sem Poder*. Havel cunhou o conceito de "viver na verdade" (viver em verdade), demonstrando que a maior forma de resistência contra um sistema opressor não são as armas, mas a recusa individual de participar da mentira coletiva. Essa busca reflete o antigo lema do reformador Jan Hus no século XV: "Busca a verdade, ouve a verdade, aprende a verdade, ama a verdade e defende a verdade até a morte."

A verdadeira Justiça não é a distribuição ideológica de privilégios ou o punitivismo do Estado sobre os dissidentes, mas o reconhecimento da dignidade inalienável de cada indivíduo com base em seu mérito e em seu caráter. Da mesma forma, a Verdade não é uma narrativa relativa adaptável à conveniência do momento, mas um compromisso ético inegociável com a integridade.

Hoje, vivendo em uma democracia, percebo que muitos tomam a liberdade, a verdade e a justiça como garantias dadas e permanentes. Quem cresceu na sombra do totalitarismo sabe que elas são conquistas frágeis, sustentadas diariamente pelas escolhas silenciosas de pessoas comuns — como meu pai, meu avô e tantos outros — que preferiram perder posições e bens materiais a perderem a própria alma.

Brasil, um país do futuro



Em 1941, o escritor austríaco Stefan Zweig publicou *Brasil, um país do futuro*, obra em que registrou, sob o olhar admirado de um estrangeiro, as possibilidades que enxergava nesta terra de dimensões continentais. O título atravessou as décadas e acabou incorporado ao imaginário nacional, ora como promessa, ora como ironia de um destino sempre adiado. Atravessamos décadas observando este país mudar de regime, de governantes e de esperanças. Vimos o Império dar lugar à República, a República ser interrompida e reconstruída, homens erguerem novas ordens sobre os escombros das anteriores e, repetidamente, que o futuro enfim se aproximava. Hoje, ao olhar para trás, percebemos que talvez a História brasileira não seja a de um país que jamais encontrou o futuro, mas a de um país que, a cada ruptura, acreditou ser estreia, o que não passou de reprise.

Houve um tempo em que o Brasil ainda se olhava no espelho da Monarquia e via, na antiga Praça da Constituição, a estátua equestre de D. Pedro I, erguida em 1862. Bronze e granito celebravam o fundador do Império, enquanto a praça guardava o nome da Carta que ele outorgara. Trinta anos depois, os mesmos homens que haviam proclamado a República rebatizaram o largo como Praça Tiradentes, sem remover o monumento. O mártir republicano ganhou o nome da praça; o monarca continuou montado no centro dela,

Mauricio Motta

como se a História, mesmo depois de mudar de regime, não tivesse encontrado motivo suficiente para desmontar o passado, ou quem sabe, nunca deviam ter tentado sobrescrevê-lo.

Talvez tenha sido ali que o Brasil começou a aperfeiçoar uma de suas mais persistentes habilidades: substituir os nomes, reorganizar os símbolos e proclamar a novidade sem necessariamente resolver as contradições que a precederam.

A República veio em 1889, por meio de um golpe político-militar. Deodoro da Fonseca depôs o imperador querendo depor apenas o gabinete Ouro Preto, sem uma manifestação popular de proporções capazes de conferir à mudança alguma legitimidade. A nova ordem seria construída depois, como tantas vezes se prometeu ao longo de nossa história. Mas o depois não tardou a revelar as dificuldades do começo. Deodoro dissolveu o Congresso e, pouco tempo depois, renunciou. Floriano Peixoto assumiu sob contestações em meio a uma crise política e militar. Governou com mãos de ferro e reprimiu revoltas até que, finalmente em 1894, a República chegasse à sua primeira eleição presidencial direta, vencida por Prudente de Morais.

O país parecia inaugurar uma fórmula política cuja repetição ainda não era possível perceber: a ruptura estabelecia uma nova ordem, a crise exigia um homem forte, e somente depois se buscava a aparência de uma normalidade institucional. O futuro, entretanto, continuava sendo anunciado como se ainda estivesse por chegar.

Menos de quatro décadas depois, outro movimento civil-militar impediu a posse do sucessor de Washington Luís e conduziu Getúlio Vargas ao poder. A Revolução de 1930 prometia reorganizar o país, mas o governo provisório se prolongou, as eleições foram adiadas e, em 1937, Vargas utilizou o falso Plano Cohen como justificativa para o golpe que instaurou o Estado Novo. A ditadura republicana, que se apresentara como instrumento de salvação nacional, acabou por concentrar o poder nas mãos de um único governante. Em 1945, sob pressão militar, Vargas deixou o cargo, e José Linhares assumiu interinamente a Presidência até a eleição de Eurico Gaspar Dutra.

Outra vez, a ruptura precedia a promessa de reconstrução. Outra vez, a excepcionalidade era apresentada como passagem necessária para uma ordem mais estável. E outra vez o país parecia acreditar que, terminada a turbulência, o futuro poderia finalmente começar.

Quando Juscelino Kubitschek venceu a eleição de 1955, quase não chegou à Presidência. A crise política e a oposição militar à sua posse foram contornadas pela intervenção do marechal Henrique Teixeira Lott, que assegurou a continuidade constitucional. JK governou, construiu Brasília e acelerou a industrialização, mas deixou também graves problemas econômicos e financeiros que seriam sentidos nos anos seguintes. O sucessor, Jânio Quadros, chegou ao poder com votação expressiva e renunciou poucos meses depois. João Goulart, seu vice, encontrou resistência dos ministros militares e só assumiu após uma

Mauricio Motta

solução parlamentarista que restringiu seus poderes. Em 1963, o presidencialismo foi restaurado, mas a trégua durou pouco. Em 1964, novo golpe militar depôs Jango e inaugurou vinte e um anos de um novo regime de exceção.

Àquela altura, não era difícil compreender que o Brasil não sofria apenas com a instabilidade de seus governos. Havia algo mais profundo na maneira como lidávamos com a autoridade, a legalidade e a esperança. Quando a ordem parecia incapaz de entregar o futuro prometido, procurávamos uma ruptura. Quando a ruptura produzia novos problemas, procurávamos outro homem, outra fórmula, outra promessa. E, a cada tentativa, a geração seguinte recebia a tarefa de corrigir o que a anterior havia deixado inacabado.

A esperança das "*Diretas Já*" trouxe as multidões às ruas e a Emenda Dante de Oliveira ao Congresso Nacional. A proposta de eleições diretas para a Presidência foi rejeitada em abril de 1984. A mudança viria, então, por meio de uma eleição indireta. Tancredo Neves venceu no Colégio Eleitoral, mas adoeceu gravemente na véspera da posse e jamais chegou a exercer o cargo. José Sarney assumiu a Presidência e, em meio a questionamentos sobre a legalidade da posse, a transição para a Nova República prosseguiu sob o peso de uma circunstância que ninguém havia planejado. O país, mais uma vez, alcançava um destino político por uma passagem que não correspondia exatamente ao caminho imaginado.

Depois vieram a Constituição de 1988, as eleições diretas, a esperança de uma democracia duradoura e a crença de que as instituições, enfim, poderiam oferecer o terreno firme que tantas vezes nos faltara. Collor foi eleito e sofreu impeachment. A inflação foi combatida com planos sucessivos, as moedas mudaram de nome e de valor, e as crises econômicas continuaram a interromper as promessas de prosperidade. Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff chegaram à Presidência por meio do voto, mas a alternância de poder não impediu que o país atravessasse novas crises políticas, econômicas e institucionais. Dilma também sofreu impeachment, e o Brasil voltou a discutir, como tantas vezes antes, os limites da legalidade, da legitimidade e da autoridade.

Já havíamos visto aquele filme muitas vezes, embora os atores fossem outros e o cenário se apresentasse com uma aparência renovada.

Foi então que começamos a perceber uma mudança na natureza das rupturas. Durante muito tempo, elas haviam chegado com pronunciamentos militares, deposições, dissoluções do Congresso e suspensão explícita das regras vigentes. Mais recentemente, porém, a discussão sobre os limites institucionais passou a envolver também os próprios órgãos encarregados de interpretar e fazer cumprir a Constituição. O Supremo Tribunal Federal, fortalecido pela Constituição de 1988 e pelo crescimento da judicialização da política, assumiu um papel cada vez mais central nas disputas nacionais.

A questão não era simplesmente saber se o Judiciário poderia atuar diante da omissão do Legislativo. A própria Constituição prevê mecanismos para enfrentar omissões inconstitucionais, e o Supremo já

Mauricio Motta

reconheceu que sua atuação pode ser necessária quando direitos constitucionalmente assegurados permanecem sem regulamentação. O problema que se apresentava era outro: Não legislar sobre um tema que não requer prévia regulamentação é também uma posição política legítima, de tal modo que sobrepor uma posição política se torna usurpação de competência legislativa. Em outras palavras, os defensores da Constituição tomavam decisões inconstitucionais, supostamente na defesa da Constituição.

A República brasileira, que tantas vezes havia recorrido à excepcionalidade para superar crises, parecia agora conviver com uma tensão diferente: a possibilidade de que a própria interpretação das regras se tornasse o campo em que os limites institucionais fossem continuamente disputados. E, como acontecera em outros momentos, o país podia encontrar justificativas plausíveis para cada passo isolado, sem perceber imediatamente a direção do conjunto.

Não seria a primeira vez que uma ruptura se apresentaria como remédio. Tampouco seria a primeira vez que uma solução inicialmente considerada provisória adquiriria permanência, apoiada pela urgência dos acontecimentos e pela convicção de que o momento exigia medidas extraordinárias.

E, no entanto, há algo que nossa história também nos ensinou: os padrões se repetem, mas não são toda a história.

A estátua de D. Pedro I continua no centro da praça, testemunha silenciosa de uma mudança de regime que não a havia derrubado. O nome do largo havia mudado, o Império desaparecera e a República sobrevivera a sucessivas crises. O monumento permanecia, não como prova de que nada se transforma, mas como lembrança de que as transformações nunca apagam inteiramente aquilo que as precedeu.

Talvez fosse esse o erro das gerações passadas: imaginar que uma ruptura, por si só, seria suficiente para produzir um futuro diferente. Derrubavam-se homens, substituíam-se símbolos, alteravam-se as regras e renovavam-se as promessas, mas nem sempre se modificavam os hábitos políticos, as dependências institucionais e as expectativas que haviam conduzido o país à crise anterior.

Uma sociedade não se liberta de seus padrões apenas porque declara inaugurada uma nova era. A ruptura pode abrir uma possibilidade, mas a construção exige escolhas posteriores, limites, responsabilidade e tempo. Exige que os homens compreendam que nenhuma instituição se torna virtuosa apenas por receber um novo nome, assim como nenhum regime se torna legítimo simplesmente por proclamar sua própria necessidade.

Talvez o Brasil tenha passado tempo demais esperando que o futuro chegasse como uma recompensa por sua capacidade de resistir às crises.

Pode ser que o país do futuro não seja aquele que aguarda eternamente a chegada de uma época redentora, mas aquele que finalmente compreende que nenhuma época virá para construí-lo em seu lugar.

Mauricio Motta

E, se ainda houver uma oportunidade, talvez a próxima ruptura não precise ser apenas a queda de uma ordem anterior. Poderá ser a ruptura com a própria maneira de construir ordens: sem a expectativa de um salvador, sem a indulgência diante dos abusos e sem a crença de que a excepcionalidade, uma vez aceita, retornará espontaneamente ao seu lugar.

O Brasil do futuro não chegará. Nós o erguemos, ou continuaremos esperando por ele

Leiam: [O entortamento da Direita](#)



Estudando o Fascismo

Parte 3 – Giacomo Matteotti



É de conhecimento público que a ala progressista impõe o que conhecemos por hegemonia: todos devem seguir a mesma linha de pensamento revolucionária. O que muda é a intensidade. E quem se atreve a questionar isso é vilipendiado.

O caso mais famoso é o do escritor George Orwell. Ele se identificou fortemente como um socialista democrático e foi formalmente filiado ao Independent Labour Party (ILP) (Partido Trabalhista Independente) do Reino Unido a partir de 1938, de onde saiu voluntariamente mais tarde por divergências acerca da Segunda Guerra Mundial.

Ao chegar à Espanha para lutar contra o fascismo (que curioso), Orwell tentou inicialmente se alistar nas milícias do Partido Comunista Espanhol (alinhado a Stalin). No entanto, ele foi rejeitado pelo partido devido às suas inclinações ideológicas mais libertárias e independentes.

Barrado pelos comunistas tradicionais, Orwell juntou-se às milícias do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista), um partido comunista de orientação anti-stalinista. Em 1937, sob forte influência soviética, o governo espanhol declarou o POUM ilegal, classificando seus membros como "traidores". O partido foi suprimido, e Orwell precisou fugir às pressas da Espanha para não ser preso ou executado pelas forças stalinistas.

Danielly Jesus

Esses episódios foram fundamentais para que ele escrevesse duas de suas maiores obras literárias: “1984” e “A revolução dos bichos”, que são críticas ao seu próprio espectro político. Por isso que é tão comum que mais conservadores admirem estas obras do que os próprios progressistas.

Ainda bem que Orwell somente recebeu críticas, pois nem todos tiveram a mesma sorte.

Giacomo Matteotti foi um político socialista italiano que se tornou um dos maiores símbolos da resistência ao fascismo de Benito Mussolini. Nascido em Fratta, uma pequena cidade na região da Polesine, no dia 22 de maio de 1885, formou-se na Faculdade de Direito de Bologna, uma das mais tradicionais da Europa, onde se licenciou com excelentes notas em 1907 e foi eleito para o Parlamento italiano em dezembro de 1919, pelo Partido Socialista Italiano.

Filho de Girolamo Matteotti e Elisabetta Garzarolo, ricos comerciantes de ferro e cobre na província de Rovigo, a cerca de quinze quilômetros de sua cidade. Além de proprietário de terras, o seu pai esteve envolvido em suspeitas de agiotagem.

Após a Revolução Russa de 1917, o socialismo italiano passou por uma enorme disputa interna: uma parte defendia a revolução inspirada nos bolcheviques; outra defendia uma atuação política e parlamentar. Matteotti acabou se aproximando da corrente reformista.

Durante o congresso socialista de Livorno, em 1921, aconteceu a famosa divisão que levou à criação do Partido Comunista da Itália. Matteotti se opôs à ruptura e posteriormente se aproximou ainda mais da corrente reformista.

Mesmo sendo declaradamente de esquerda, Matteotti não concordava com os métodos dos “camisas negras”, que se utilizavam de extrema violência contra seus adversários e críticos. A partir de 1921, os ataques dos *squadristi* contra socialistas e outros grupos aumentaram fortemente no norte da Itália. Matteotti denunciava essas ações publicamente. Em 12 de março de 1921, ele próprio sofreu uma grave agressão de fascistas em Castelvoglio.

Em 1922, a ala reformista saiu do PSI e criou o Partido Socialista Unitário (PSU). Matteotti foi escolhido secretário do novo partido, na mesma época em que Mussolini chegava ao poder. Matteotti percebeu muito rapidamente que o fascismo não era simplesmente mais um partido nacionalista: ele via o squadrismo como uma ameaça direta à população.

Em fevereiro de 1924, pouco antes do período eleitoral, o parlamentar escreveu um livreto de 91 páginas, denominado “*Un anno di dominazione fascista*” (*Um ano de dominação fascista*). Nele, Matteotti procurou reunir números, fatos e documentos para demonstrar como o governo fascista estava funcionando. A própria apresentação original dizia que o material havia sido reunido pela secretaria do Partido Socialista Unitário (PSU) e o nome do deputado sequer aparecia na capa.

Danielly Jesus

O objetivo de Matteotti era mostrar que a violência fascista não havia terminado quando Mussolini se tornou primeiro-ministro, pelo contrário: segundo a documentação reunida por ele, a violência das milícias continuava enquanto o fascismo ocupava as instituições do Estado.

O livreto é dividido em três grandes partes: na primeira, é abordada a situação econômica do governo; na segunda, os atos do governo; e na terceira, Matteotti expõe a contradição das palavras da liderança fascista com os fatos. Neste último, ele reúne declarações de Mussolini e de outros dirigentes fascistas, textos publicados pela imprensa alinhada ao regime e uma extensa relação de episódios de violência e intimidação ocorridos entre novembro de 1922 e dezembro de 1923.

Após a primeira edição, ele estava trabalhando em uma versão ampliada e atualizada, incorporando novos acontecimentos e dados. Em abril de 1924, durante uma viagem secreta à Inglaterra, ele chegou inclusive a negociar a publicação de uma versão em inglês.

As eleições haviam acontecido em 6 de abril de 1924. Mussolini já era primeiro-ministro desde outubro de 1922, mas ainda existia um Parlamento com oposição.

Para as eleições daquele ano, o governo havia conseguido aprovar a chamada *Lei Acerbo*, que estabelecia uma enorme vantagem para a lista mais votada: a lista que obtivesse pelo menos 25% dos votos receberia dois terços das cadeiras da Câmara.

A coalizão governista conseguiu uma vitória esmagadora. Mas havia uma questão: como aquela vitória havia sido obtida?

É aqui que começa o famoso discurso do parlamentar, ocorrido em 30 de maio de 1924.

Matteotti sustentava que não se tratava simplesmente de uma eleição disputada de maneira dura. Ele denunciava violência física, intimidação, ameaças, irregularidades nos locais de votação e pressão sobre eleitores e candidatos da oposição.

A Câmara estava discutindo a validação dos resultados eleitorais. A Junta Eleitoral havia proposto a convalidação em bloco dos deputados da maioria. Isso significa, que, em vez de examinar individualmente as possíveis irregularidades das eleições de cada parlamentar, a maioria seria validada de uma vez. Matteotti se levantou e pediu que a eleição da maioria fosse anulada.

Ele considerava aquela convalidação em bloco uma prática parlamentar completamente excepcional e, em resposta, solicitou a invalidação em bloco dos eleitos, apresentando como fundamento as irregularidades e a violência fascista durante o pleito.

Eis trechos do discurso de Matteotti:

“(...) A eleição é essencialmente inválida em todos os círculos eleitorais. (...) Pela sua própria confirmação (dos parlamentares fascistas), portando nenhum eleitor italiano se viu livre para decidir pela

Danielly Jesus

sua vontade. (...) Existe uma milícia armada, composta por cidadãos de um único partido, que tem a tarefa declarada de apoiar pela força um determinado Governo, mesmo que lhe falte consenso”

“Vocês que atualmente possuem o poder e a força, que se vangloriam da própria potência deveriam, mais que todos aqui, serem capazes de fazer cumprir a lei. (...) Nós, todavia, deploramos que se queira demonstrar que somente o nosso povo no mundo não sabe manter-se de pé sozinho e deve ser governado pela força. O nosso povo foi recuperando e educando-se, também com o nosso trabalho. Querem-nos empurrar de volta. (...) Acreditamos que estamos a recuperar a sua dignidade ao pedir ao Conselho Eleitoral que adie as eleições afetadas pela violência”

Ao final, ele prediz o seu fim: *“Já fiz meu discurso. Vocês agora preparem o discurso para mim no meu funeral”*.

Dez dias depois, em 10 de junho de 1924, Giacomo Matteotti saiu de sua residência em Roma para ir à Biblioteca da Câmara. Por volta das 16h30, caminhando pelo Lungotevere Arnaldo da Brescia, foi abordado por um grupo de fascistas. Amerigo Dumini, Albino Volpi, Giuseppe Viola, Augusto Malacria, Amleto Poveromo, Filippo Panzeri e Aldo Putato.

A documentação histórica mostra que alguns desses homens haviam chegado a Roma semanas antes e passaram a vigiar e seguir Matteotti. Eles utilizaram uma Lancia para sequestrá-lo. O automóvel havia sido obtido por intermédio de Filippo Filippelli, diretor do jornal *Corriere Italiano*.

Durante o trajeto, Giacomo tentou-se defender e reagir, mas foi dominado e esfaqueado. Os assassinos enterraram Matteotti numa área chamada Macchia della Quartarella, próxima à Via Flaminia, no território de Riano.

Velia Matteotti passou a noite toda à espera do marido, e chegou a alertar os seus partidários sobre o desaparecimento no início do outro dia. Porém, o corpo de Giacomo somente foi encontrado em 16 de agosto, quase dois meses depois do ocorrido.

O assassinato do jovem político começou a ser averiguado. Os investigadores Mauro Del Giudice e Umberto Tancredi conduziram uma investigação inicial bastante agressiva e chegaram a prender figuras importantes do Partido Nacional Fascista, incluindo Cesare Rossi, chefe do gabinete de imprensa de Mussolini e Giovanni Marinelli, secretário administrativo do PNF. A investigação também revelou a existência da chamada *Ceka fascista*, uma organização clandestina de violência política ligada à estrutura fascista.

O primeiro processo de julgamento dos assassinos aconteceu em 1926, em Chieti. A justiça adotou a interpretação de que o crime havia sido preterintencional, ou seja, que os sequestradores pretendiam agredir Matteotti, mas sua morte teria ocorrido como consequência não planejada da violência.

Danielly Jesus

Dumini, Volpi e Poveromo receberam penas de aproximadamente cinco anos e onze meses; Malacria e Viola foram absolvidos. E mais: todos receberam anistia por Mussolini.

Antes disso, em 3 de janeiro de 1925, Mussolini fez o famoso discurso em que assumiu politicamente a responsabilidade pelo fascismo e passou à ofensiva contra seus adversários.

Continua...

Leiam: [Estudando o Fascismo - Parte 2 – A Marcha sobre Roma](#)



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoeccidania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidania](#)



[@revistaconhecimentocidania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania





O QUE
EU QUERO

O QUE
É MENOS RUIM